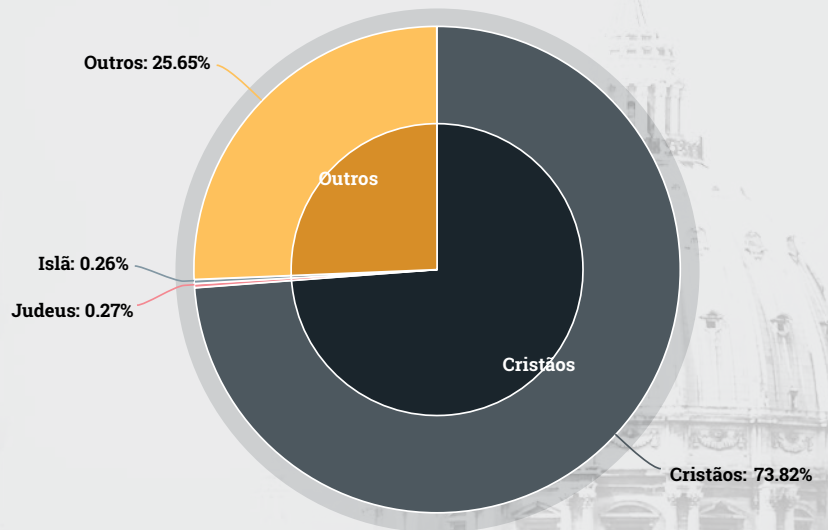


Bielorrússia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição concede aos indivíduos a liberdade de professarem qualquer crença religiosa e de participarem em atos de culto, desde que não estejam proibidos por lei. As atividades proibidas incluem as que são “contra a soberania da República da Bielorrússia, o seu sistema constitucional e a harmonia cívica”. Outras proibições envolvem uma violação dos direitos e liberdades civis ou ofensas que “impedem a execução de deveres estatais, públicos e familiares” pelos seus cidadãos, ou que são prejudiciais para a saúde e a moral públicas. Todas as questões religiosas são regulamentadas pelo Gabinete do Representante Plenipotenciário dos Assuntos Religiosos e Nacionais (GRPARN).

A lei reconhece o “papel determinante” da Igreja Ortodoxa no desenvolvimento das tradições do povo. A legislação existente também reconhece a importância histórica dos grupos religiosos habitualmente referidos como religiões “tradicionais”: Catolicismo, Judaísmo, Islamismo e Luteranismo Evangélico. As comunidades religiosas que não são reconhecidas desta forma incluem grupos religiosos mais recentes, e a Igreja dos Antigos Crentes (sem sacerdotes) e a Igreja Calvinista, que têm raízes históricas no país datadas do século XVII.

Todas as atividades religiosas de grupos não registrados são proibidas por lei e os seus membros são sujeitos a penas que

vão de multas pesadas a dois anos de prisão. As atividades das comunidades e associações religiosas estão por lei confinadas às áreas onde elas estão registradas. Isto relaciona-se com os complexos requisitos de registro que alguns grupos consideram difíceis de cumprir, incluindo dimensões mínimas e acesso a instalações destinadas a uso religioso. A lei requer que todos os grupos religiosos recebam aprovação estatal prévia para a importação e distribuição de literatura religiosa. O processo de aprovação inclui a análise oficial dos documentos a serem considerados por especialistas de estudos religiosos.

A lei estabelece três tipos de grupos religiosos: comunidades religiosas, associações religiosas e associações religiosas nacionais. As comunidades religiosas devem incluir pelo menos vinte pessoas com mais de 18 anos que vivam numa ou em várias áreas adjacentes. As associações religiosas devem incluir pelo menos dez comunidades religiosas, uma das quais deve ter estado ativa no país durante pelo menos vinte anos, e pode ser constituída apenas por uma associação religiosa de nível nacional. As associações religiosas nacionais apenas podem ser formadas quando há comunidades religiosas ativas em pelo menos quatro das seis regiões do país.

O código do alojamento permite que os grupos religiosos se registrem em instalações residenciais, desde que as autoridades locais lhes concedam autorização. As autoridades locais devem certificar-se de que as instalações cumprem diversos regulamentos, incluindo segurança contra incêndios, requisitos sanitários e de saúde. Contudo, esta permissão não é concedida automaticamente e a lei não permite que os grupos religiosos realizem serviços religiosos em casas ou apartamentos privados antes de terem a autorização das autoridades locais.

A lei permite que as agências estatais responsáveis pelo registro emitam advertências escritas a um grupo religioso registrado por violação de qualquer lei ou atividades realizadas fora do âmbito das responsabilidades definidas no alvará do grupo. O Governo pode recorrer a um tribunal relevante, conforme a jurisdição, para pôr fim ao grupo, caso este não tenha posto fim às atividades ilegais definidas na advertência escrita no prazo de seis meses, ou caso a atividade seja repetida no prazo de um ano a partir da data da advertência. Enquanto se aguarda a decisão do tribunal, o Governo pode suspender as atividades do grupo religioso. A lei não contém disposições para recorrer da advertência ou suspensão.

Apenas as associações religiosas nacionais podem candidatar-se junto do GRPARN a fim de obter permissão para convidar clero estrangeiro para o país. O GRPARN deve conceder a autorização antes dos trabalhadores religiosos estrangeiros poderem servir em congregações locais, ensinar ou estudar em instituições locais, ou participar em trabalho caritativo durante um período de um ano, que pode ser reduzido ou ampliado. O GRPARN pode recusar pedidos sem explicação. Não há disposições para recursos. Por lei, o Governo não permite que os missionários estrangeiros se envolvam em atividades religiosas fora das suas instituições de acolhimento. As transferências de clero estrangeiro entre grupos religiosos, incluindo paróquias, requerem autorização estatal prévia. Os estrangeiros não podem liderar grupos religiosos. As autoridades podem punir ou expulsar cidadãos estrangeiros que estejam oficialmente no país por trabalho não religioso caso participem em atividades religiosas. As agências de aplicação da lei podem forçar a partida do clero estrangeiro. Nesses casos, as autoridades podem agir de forma independente ou responder a recomendações de outras entidades governamentais, como por exemplo os serviços de segurança. A lei não permite que as comunidades religiosas criem escolas para formar o clero, embora as associações, nacionais ou não, o possam fazer. A lei proíbe os grupos religiosos de realizarem atividades anonimamente nas escolas. E também proíbe visitas de representantes de grupos religiosos estrangeiros; atividades missionárias; coleta de donativos ou taxas de estudantes para grupos religiosos ou qualquer obra beneficente; distribuição de literatura religiosa, áudio, vídeo ou outro material religioso; realização de serviços de oração, rituais religiosos, ritos ou cerimônias; e colocação de símbolos religiosos ou materiais em instituições educativas.

Um acordo de 2003 entre a Igreja Ortodoxa Bielorrussa e o Governo prevê autonomia para a Igreja nos seus assuntos internos, liberdade para realizar ritos religiosos e outras atividades, e uma relação especial com o Estado. O acordo reconhece a “influência (da Igreja Ortodoxa) na formação espiritual, cultural e nas tradições nacionais do povo Bielorrusso”. Embora se afirme no acordo que o acordo não limita a liberdade religiosa de outros grupos religiosos, apela-se ao Governo e à Igreja Ortodoxa para que combatam as “estruturas pseudo-religiosas que representam um perigo para os indivíduos e a sociedade”, sem as nomear.

O Governo continuou recusando o registro aos grupos religiosos minoritários, detendo e multando líderes religiosos

por se envolverem em atividades religiosas não registradas, e a perseguir membros de minorias e grupos religiosos não registrados. Exceto no caso da Igreja Ortodoxa Bielorrussa e da Igreja Católica, os grupos religiosos tiveram dificuldade em obter edifícios para o culto, em distribuir literatura religiosa e em realizar proselitismo. O Governo não deu aos prisioneiros acesso ao clero de alguns grupos religiosos. As autoridades serviram-se dos regulamentos dos vistos para limitar o número e a duração da estadia de missionários estrangeiros.

As autoridades continuaram atrasando a concessão de autorizações ao clero para visitarem membros da oposição democrática e grupos de direitos humanos e sociedade civil presos por razões políticas. Quando essas visitas foram concedidas, as autoridades monitorizaram de perto os encontros, as conversas privadas e as confissões religiosas. De acordo com o grupo de monitoria religiosa Forum 18, pastores protestantes relataram ter tido dificuldade em ter acesso a prisioneiros, e os imãs nunca foram autorizados a visitar prisioneiros muçulmanos. Um responsável sénior encarregado da gestão da prisão disse ao Forum 18 que o acesso era “apenas possível para sacerdotes ortodoxos e católicos”, uma vez que outras religiões tinham “uma influência negativa sobre os presos”.

Alguns grupos cristãos afirmaram que os requisitos de registro para grupos religiosos restringiam gravemente as suas atividades, oprimiam a liberdade religiosa e legalizavam a acusação criminal dos indivíduos por causa das suas crenças religiosas. Várias autoridades locais continuaram a recusar-se a negociar acordos de registro com Testemunhas de Jeová, sobretudo em Pinsk, Barysau, Navalukaml e Lida. As autoridades também continuaram recusando o registro de várias comunidades budistas.

Os grupos religiosos não tradicionais disseram que o procedimento para registrar instalações residenciais permanecia complicado e arbitrário na prática. O Governo continuou acusando os líderes dos grupos religiosos de violarem a proibição legal de organizar ou acolher reuniões não autorizadas, sobretudo em residências privadas. As autoridades multaram ou emitiram advertências escritas a congregações protestantes e de Igrejas ortodoxas não bielorrussas por funcionarem ilegalmente.

Os “responsáveis (governamentais) da ideologia” encarregados de promover as políticas e as perspectivas oficiais continuaram atacando e assediando os grupos religiosos não registrados, incluindo a monitoria de atividades de membros nos seus locais de trabalho.

Embora tenha havido menos relatos de multas passadas a grupos religiosos não registrados, muitas destas comunidades afirmaram que se mantiveram fora da esfera pública por causa do que acreditavam ser hostilidade governamental e porque podiam enfrentar responsabilidade criminal e os seus líderes serem presos até dois anos.

O Governo recusou dar autorização ao sacerdote polaco Padre Roman Schulz para continuar trabalhando numa

paróquia de Mahilyou depois dele ter estado lá durante sete anos. E recusou autorização a um sacerdote da Ordem Franciscana que tinha sido convidado para servir em Ivianets. Após protestos dos paroquianos, o Governo inverteu a sua decisão e alargou a duração do visto para o Padre Schulz.^[1]

As autoridades criticam a Igreja Católica na Bielorrússia por alegadamente preferir convidar sacerdotes estrangeiros, sobretudo polacos, do que desenvolver estruturas locais bielorrussas. O Bispo de Vitebsk defende esta prática, referindo as dificuldades em fazer progressos sobretudo num ambiente maioritariamente hostil. Além disso, o chamamento ao sacerdócio não é uma simples decisão profissional que possa ser significativamente influenciada pela oferta de lugares vagos. Em comparação com os anos após 1989, há um notável aumento no número de sacerdotes católicos bielorrussos.^[2]

INCIDENTES

Há relatos de pichações ou vandalismo antissemita. Em 14 de agosto de 2014, um sacerdote em Hrodna relatou que vândalos tinham pintado cruces suásticas em várias placas comemorativas de judeus. Em 28 de dezembro de 2014, um rabi em Homyel relatou que vândalos tinham pintado suásticas e slogans antissemitas em um centro religioso judaico e em um centro comunitário secular. Contudo, os líderes religiosos judaicos afirmaram que o antissemitismo e as atitudes negativas para com os grupos religiosos minoritários continuaram diminuindo.

As Testemunhas de Jeová relataram três casos de agentes da lei que interromperam encontros religiosos sem apresentarem acusações contra qualquer membro da congregação. Além disso, relataram oito casos em que a polícia deteve membros da comunidade que estavam praticando proselitismo. Num desses casos, a polícia deteve duas testemunhas de Jeová estrangeiras, ambas mulheres, em Dragichyn em 7 de agosto de 2014, e um dia mais tarde um tribunal distrital local decidiu que elas tinham violado a lei sobre manifestações em massa e piquetes. Em 9 de outubro, o tribunal regional confirmou esta decisão e decidiu que os cidadãos estrangeiros não “têm direito a expressar as suas crenças religiosas em público” sem autorização prévia por parte das autoridades. As Testemunhas de Jeová que são objetores de consciência ao serviço militar têm sido persistentemente atacadas. As suas alegadas tentativas de distribuir literatura religiosa ilegalmente foram também criticadas pelas autoridades. Pavel Yadlovsky das Testemunhas de Jeová referiu que os responsáveis muitas vezes não compreendem como é que a literatura religiosa é distribuída. Yadlovsky disse: “A literatura é dada por pessoas e não por uma entidade legal.”

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dclid=238358#wrapper>

[2] <http://www.deon.pl/religia/kosciol-i-swiat/z-zycia-kosciola/art,24937,bialorus-biskup-o-dzialaniach-wladz-wobec-kosciola.html>

Na cidade de Gorki, na região de Mogilev, Liliya Shulgan, batista do Conselho das Igrejas, foi multada por realizar um encontro religioso em sua casa em 22 de dezembro de 2015. Foi acusada nos termos do artigo 21º, parágrafo 16, parte 1 do Código Administrativo por não usar a sala de estar da sua casa para o fim a que esta se deveria destinar. Durante o julgamento em 8 de fevereiro de 2016, a Juíza Yelena Vorobyeva do tribunal distrital de Gorki considerou Liliya Shulgan culpada e multou-a em dez unidades base, 2.100.000 rublos bielorrussos (cerca de 90 euros).^[3]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em fevereiro de 2016, Lieanid Huliaka, o Comissário para os Assuntos Religiosos e Étnicos da Bielorrússia, criticou a Igreja Católica por “formação insuficiente de quadros ativos” e pelas “atividades destrutivas de alguns sacerdotes bielorrussos entre a população”. Dois dias mais tarde, a Conferência Episcopal Católica na Bielorrússia declarou numa declaração oficial que estas questões eram “assuntos exclusivamente internos da Igreja”. Os bispos sugeriram que todas estas questões “podem ser discutidas pessoalmente”.

Nos últimos anos, o Comissário tem-se tornado de fato num porta-voz das autoridades em relação aos católicos do país. Levantou objeções idênticas à “formação de quadros” e às atividades entre a população em 2014 e 2015. Por outro lado, a diplomacia bielorrussa vê as boas relações com o Vaticano como uma forma de estabelecer ligações com o Ocidente. Os responsáveis oficiais e a imprensa estatal apenas falam de forma positiva sobre a Igreja.^[4] Em fevereiro de 2016, o Padre Sanko da Conferência Episcopal Católica comentou as acusações contra a Igreja Católica. Disse que não fazia sentido reagir de forma agressiva, pois essas afirmações das autoridades eram um lugar comum e não tinham tornado a situação pior.^[5]

A situação da Igreja Católica Grega melhorou ligeiramente. Em 13 de fevereiro de 2016, um programa de 25 minutos que retratava a Igreja Católica Grega de forma positiva foi passado na televisão estatal bielorrussa. Isto está em total contraste com o tratamento anterior a este grupo religioso, que nos últimos anos tem sido olhado com suspeição por parte das autoridades.^[6]

As relações entre a Igreja Ortodoxa da Bielorrússia e a Igreja Católica continuaram a melhorar, de acordo com ambos os grupos. Exemplos de maior cooperação incluíram a realização

[3] http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2157

[4] <http://en.eurobelarus.info/news/society/2016/02/24/catholic-status-quo-in-belarusian-politics.html>

[5] http://www.forum18.org/archive.php?article_id=2157

[6] <http://belarusdigest.com/story/greek-catholics-belarus-%E2%80%93-struggle-margins-24751>

de serviços religiosos conjuntos e conferências internacionais. Em 13 de maio de 2014, o Metropolitano Pavel disse que havia relações “amigáveis e calorosas” entre as duas Igrejas.

Os problemas da liberdade religiosa na Bielorrússia dizem sobretudo respeito à questão do registro das organizações religiosas. A falta de registro pode muitas vezes levar à criminalização. As autoridades locais criam frequentemente obstáculos deliberados ao registro de novas comunidades, sobretudo se estas eram até então desconhecidas na Bielorrússia. Relacionado com isto está a hostilidade do Governo para com o clero estrangeiro convidado para a Bielorrússia. A Igreja Ortodoxa Russa, a quem é dado tratamento preferencial pelas autoridades, não tem dificuldades deste tipo.^[7]

[7] <http://en.eurobelarus.info/news/society/2016/02/18/does-belarus-have-problems-with-the-freedom-of-religion.html>